As antinomias do infinitivo românico e a sua resolução *

1.0. — Como se sabe, o tratamento do infinitivo, em geral, e do românico, em especial, caracteriza-se por uma série de contradições evidentes. Mesmo se fizermos abstracção dos problemas de delimitação entre infinitivo como forma verbal e o nome de acção (inclusive o seu substantivado), isto é, mesmo se tomarmos a verbalidade do infinitivo como algo dado, nem no quadro dela deixam de ver-se algumas contradições. Lembremo-nos, por exemplo, da contradição entre a definição do infinitivo como forma invariável do verbo e a classificação nele de formas precisamente variáveis em voz, aspecto, tempo relativo, etc., contradição própria das gramáticas de várias línguas. Embora em limites mais restritos, inteiramente contraditórios, é também a definição do infinitivo, como forma verbal invariável pelo menos em pessoa e número, contradita pela classificação nele das formas que demonstram a variação exactamente nestas categorias. Uma contradição semelhante é em especial própria das gramáticas românicas (1): sendo dada a oposição do tipo *fazer* — *fazer-me*, *fazer-te*, *fazer-se*, *fazer-nos*, *fazer-vos* (2),

(*) Artigo publicado em caracteres cirílicos na revista *Limba si Literatură Moldovenească* (= A Língua e a Literatura Moldava), ano XVIII, 1, 1975, Quixineve (U. R. S. S.).

(1) A citação das línguas germânicas seria análoga, se os expoentes positivos da voz destas línguas (cf. alem. *mich*, etc.; ing. *myself*, etc., estes habitualmente facultativos) não tivessem nelas rasgos de palavras independentes, faltando a esta qualidade um rasgo indispensável a um expoente categorial (cf. a palavra russa *s'eb'a* para a distinção do sinónimo expoente categorial *s'a*).

(2) É o tipo (dominante nas línguas românicas), a que nos referimos mais abaixo. Raras vezes temos, em românico, uma oposição quintunívoca ou sextunívoca, distinguindo-se o número também na terceira pessoa, como um sefardi (cf. p. ex. (*f*)*azer-se* — (*f*)*azersen*) e em alguns falares espanhóis. Por outro lado, temos também a redução da cifra dos expoentes da pessoa e do número (cf. as quatro formas do engadinês), até à

dentre os membros de que só *fazer* (cf. também, em outro tempo relativo, *ter feito*) é, na verdade, independente face a pessoa e número, portanto compreendido na definição explícita do infinitivo, as outras cinco formas contudo, exprimindo a pessoa e o número, não se deixam compreender nela.

Por conseguinte, o volume do conceito de infinitivo, estabelecido em base intuitiva, é tanto maior quanto o seu volume, indicado de modo explícito, o que deu origem à velha antinomia, que constitui um rasgo específico comum das gramáticas das línguas românicas. Por um lado, as formas do tipo *fazer-me*, *fazer-te*, etc., em qualquer língua românica (com excepção do arromeno, que já não tem infinitivo), constituem a correspondência reflexa de *fazer* (estando este compreendido na definição estrita do infinitivo), correspondência possível na língua só se existir *fazer* também ele próprio (3); por conseguinte as cinco formas são as formas reflexas do infinitivo. Por outro lado, todavia, as mesmas formas não são abrangidas pela definição estrita do infinitivo, portanto não dependem dele. Compreende-se que a intuição apoie decididamente o primeiro ponto de vista, que também domina na prática, todavia teoricamente este problema espinhoso mantém-se por resolver. É de notar que alguns métodos, fáceis à primeira vista, de o resolver (acerca dos quais se veja mais abaixo) provam-se, em última análise, ser inoperantes — tanto no quadro do material românico tomado isoladamente (veja-se mais abaixo em especial acerca do daco-romeno *să fi făcut*), como também numa análise dele no plano linguístico geral. Portanto, tendo em conta tudo isto, procuramos adiante dar uma definição do infinitivo, que compreenderia de modo não contraditório e o mais simples possível todas as formas românicas, classificadas nele. Porém, façamos isto não de modo isolado, mas considerando os factos como um caso particular do infinitivo da língua em geral.

unificação completa do formante reflexo (de resto, uma convergência com o tipo eslavo, etc., tipo que exclui a antinomia em discussão, como em silvano (veja-se p. ex. M. A. Borodina, *Sovremennyj literaturnyj reto-romanskij jazyk Chveitsarij* [O Reto-Romano Literário Contemporâneo da Suíça.] L., 1969, pg. 91), em alguns falares franceses, etc.

(3) Veja-se M. A. Gabinskij, *Otcherki po osnovanijam grammatik* (Ensaio de Fundamentos de Gramática), Quixineve, 1972, pg. 314-317. Mantendo-se as mesmas condições do problema das antinomias infinitivas tanto na ob. cit. (pág. 313-337) como no presente artigo, este último é todavia uma tentativa de melhor solução do problema do que a da ob. cit., a qual é demasiado complicada e a certos respeitois contraditória.

2.0. — As antinomias do infinitivo (4) românico manifestam-se directamente naquela etapa da sua definição em que aparece a *differentia specifica*, pois o *genus proximum* da definição pode ser indicado aqui ao menos como ponto de partida. A noção de verbo contando-se como algo dado mais acima (5), justamente o mais próximo *genus proximum* do infinitivo, consideramos a forma verbal independente, isto é capaz duma utilização independente. Assim, designamos aquele seu emprego, em que, há muito, é visto o específico infinitivo: trata-se da forma que pode enunciar ela própria a ideia contida no verbo, pode ser a sua denominação, como também, num acto de predicação, pode representá-lo como sujeito (predicando) ou então como a parte nominativa do predicado (predicativo). Compreende-se que as mesmas relações tanto com a nomação, como com a predicação, são próprias tanto do substantivo, como, em algumas línguas (p. ex. nas balcânicas), de formas pessoais do verbo. Cf. daco-romeno: 1) **Fumatul e dăunător, A fuma e dăunător, De fumat e dăunător, Să fumezi e dăunător** e 2) **Dăunător e fumatul, Dăunător e a fuma, Dăunător e de fumat, Dăunător e să fumezi**, podendo todas as formações sublinhadas aparecer também isoladamente. Contudo, o específico do infinitivo constitui-o, dentre as formas de outras classes de palavras, a sua verbalidade, mas dentre as outras formas verbais precisamente as relações com determinadas categorias, em que também se manifesta a *differentia specifica* do infinitivo. Existindo esta, até também nos casos da sinonímia do tipo da exposta, do infinitivo são eliminados tanto o tipo *fumatul*, como também *să fumezi*, mas dizem-lhe respeito tanto *a fuma*, como igualmente *de fumat* (é certo que esta última formação se distingue da primeira por um uso mais restrito, e próprio às vezes do falar descuidado, todavia não pelo específico infinitivo como tal).

3.0. — O próprio específico em discussão do infinitivo entre outras formas verbais (inclusive as independentes) deixa-se descrever relativamente em poucas palavras: verificamos a falta de concordância predicativa em algumas categorias, numa forma, escolhida

(4) Até formular a sua definição em função de todos os factores aduzidos na discussão mais abaixo, utilizamos provisoriamente uma ideia intuitiva dele, suficiente nesta etapa preliminar da investigação.

(5) Veja-se também lá, pág. 118-122, uma tentativa de defini-lo.

como principal para o infinitivo (veja-se adiante). Mais espaço é preciso para a fundamentação desta escolha, com outras palavras para a demonstração do facto de que alguns métodos, aplicados em pormenor, de estabelecer o específico infinitivo são no fundo inoperantes. Para isto é necessário determo-nos primeiramente sobre os seguintes problemas: 1) a variabilidade categorial em geral; 2) a metódica categorial concreta e a categorial abstracta; 3) a concordância em categorias; 4) a concordância não/predicativa nelas.

3.1. — As afirmações que sustentam a **invariabilidade** do infinitivo ⁽⁶⁾ contradizem a realidade enquanto surpreende o próprio facto de que ainda circulam nos nossos dias. Deste modo, mesmo se deixarmos, por agora, por um lado a variação especificamente românica, a assimétrica (isto é, presente na reflexa, mas não também na passiva) do infinitivo em pessoa e número, mantêm-se bem conhecidos os factos da expressão, por parte de toda a forma infinitiva, da categoria da voz (em muitas línguas), do aspecto (como em eslavo e grego), do tempo relativo (como em grego, latim, nas línguas românicas, germânicas e em albanês guego), da não/continuidade (como em inglês, em certas línguas românicas, guego), etc. Portanto, o reconhecimento da invariabilidade ⁽⁷⁾ como rasgo indispensável do infinitivo está em contradição com a própria escolha desta noção (resp. do termo), a qual nós não introduzimos, em

(6) Veja-se p. ex. J. Mattoso Câmara Jr., *Dicionário de fatos gramaticais*, Rio de Janeiro, 1956, p. 124; N. S. Valgira, D. E. Rozental, M. I. Fomina, *Lingua Russa*, 2.^a ed., Moscovo 1972, pág. 211. Veja-se também especialmente I. Diaconescu, *Observatii cu privire la valoarea infinitivului in limba română* (Observações relativas ao valor do infinitivo na língua romena. — LR, XVII (1968), 2, em que o autor tenta demonstrar ao mesmo tempo também que o infinitivo é uma forma «invariável» (pág. 121, 118, 121) e que aparece «por meio de inflexão» (pág. 118) sob várias formas categoriais, inclusive (não se apontando nenhum específico do reflexo) as de pessoa e número... Mas ainda fazendo-se abstracção dos erros mais particulares do tipo do último (que já critiquei), é claro que o estabelecimento da verdadeira natureza do infinitivo, se parte do seu carácter «invariável», é impossível.

(7) Bem entendido, ela pode existir no infinitivo, geralmente pouco tempo depois de seu aparecimento (cf. rom. *de făcut*; cf. o da língua gótica) sem constituir todavia o seu específico. Se assim um *de făcut* começa desde agora em alguns falares a mudar de voz (veja-se M. A. Gabinskij, *ob. cit.*, pág. 316), ele não deixa, por este motivo, de ser infinitivo.

caso algum, pela primeira vez, mas herdamos-la dos predecessores, dos investigadores das línguas mencionadas acima, antes de mais nada, das línguas clássicas.

Por outras palavras, é preciso reconhecermos explicitamente que o infinitivo, na verdade, pode ser variado em categorias. E se, com tudo isto, a infinitividade se deixa todavia associar em determinados limites com a invariabilidade categorial, é necessário que estes limites sejam estabelecidos com precisão.

3.2. — O método divulgado que identifica os limites procurados em função de categorias concretas provou-se ser também inoperante. Deste modo, muito mais frequentemente que as afirmações manifestamente inconsistentes acerca da pretensa invariabilidade total do infinitivo, encontra-se a tese, algo mais próxima da verdade, de como este é independente apenas em pessoa e número. Esta tese é confirmada pelos factos de algumas línguas (cf. as eslavas, o grego antigo), sendo contudo contraditada pelas outras: cf. as formas reflexas românicas aduzidas mais acima; cf., mais longe, a distinção de pessoa, de número e de género do objecto, tanto no caso da concordância (como no daco-romeno *a-l vedea (pe el)*, esp. *verle (a él)*, como também sem ela (cf. it. *vederlo* sem a anteposição do objecto; cf. o mesmo nas línguas semíticas, onde, além disto, o género é distinto na segunda pessoa). Tais factos sublinham que a distinção não só das categorias em geral, mas designadamente da pessoa, do número e do género é plenamente compatível com a infinitividade.

Uma escolha mais bem executada das categorias concretas, que possibilitam a delimitação da infinitividade, também não se fez nunca, o que não é de modo algum accidental: a esfera em discussão demonstra continuamente a infrutuosidade da metódica categorial-concreta de identificação das classes de palavras (das partes do discurso) e das suas subpalavras (como são, no verbo, a subpalavra predicativa, o infinitivo, o gerúndio, etc.; veja-se também 8.0. — 8.1.) para a resolução dos problemas de nível linguístico geral, isto é, para o exame dos factos de cada língua como variante representando a invariante linguisticamente geral. A álgebra das categorias⁽⁸⁾, necessária neste nível, baseia-se no facto de que as maneiras de associação dentre as categorias respectivas e a classe respectiva de palavras são, nas línguas do mundo,

(8) M. A. Gabinskij, *op. cit.*, pág. 201.

muito mais livres do que parecem à luz do material só das línguas europeias bem estudadas. Nestas línguas, está de contínuo presente no substantivo a categoria do número e é habitual a do caso, do artigo e do género, e não do tempo, do aspecto, da pessoa, etc., ao passo que no verbo é obrigatório o tempo, sendo habituais também a pessoa, o número, etc. Nas línguas do mundo tomadas em conjunto, todavia, apesar do carácter de invariante das noções de classe de palavras e categorias, uma coisa pode ser expressa na outra de modo muito variado: os predicadores verbais, por exemplo, não distinguem a pessoa e o número nas línguas escandinavas, em algumas línguas do Daguestão (avara, lezguina), como também nas mongóis. Em muitas línguas (como sejam as turcas, fino-úgricas, semíticas, etc.) o substantivo na forma possessiva exprime o número e a pessoa (nas semíticas também o género) do possuidor, ao passo que nas turcas, abcaso-adjarianas, samoiédicas, em iucaguira, etc., a palavra da mesma classe na forma predicativa reflecte o número e a pessoa do predicando (do sujeito). Nas línguas indonésica, javanesa, etc. (mesmo não se tendo em conta as consideradas amorfas, isto é, não-categoriais, para as quais o estabelecimento das classes de palavras em base categorial é um problema por resolver) o tempo não é expresso pelo verbo, enquanto em diferentes línguas americanas o tempo é uma categoria do substantivo, do mesmo modo que também a colectividade, a distribuição e outros índices⁽⁹⁾, não-categorizados nas línguas europeias. No conjunto, embora não nos sejam conhecidos ainda o número e a identidade de todos os índices, categorizados nas línguas do mundo, é hoje claro que não existe nenhuma categoria concreta, obrigatória para uma classe de palavras em todas as línguas que a conhecem. Recentemente, tivemos ocasião de demonstrar isto no material do substantivo⁽¹⁰⁾, portanto de uma formação existente num número de longe maior de línguas que o infinitivo, aparecendo este relativamente tarde e não em todo o lado, e sendo eliminado de algumas línguas, cf. as balcânicas. Portanto, a essência da substantividade, da verbalidade, etc., não se reduzindo a uma categoria concreta, reside em algo diferente. Tanto quanto conseguimos

(9) Vejam-se p. ex. F. Boas, *Introduction do Handbook of American Indian Languages*; J. W. Powell, *Indian linguistic families of America North of Mexico*. Lincoln, 1968, p. 33-35.

(10) Veja-se ainda, em pormenor, M. A. Gabinskij, *op. cit.*, pág. 201 e seg.

estabelecer, a substantividade é formada pelo complexo subordinador pansomático de categoria, mas a verbalidade pelas categorias e pela combinação com especificadores, admissíveis imediatamente nos predicadores simples não-nominais da língua dada (11).

Um método semelhante, não concreto-categorial, mas abstracto-categorial, é necessário a nível linguístico-geral também no problema do infinitivo.

3.3.0. — Como um factor concreto, que nos permite escolher o infinitivo dentre as formações da qualidade mais próxima dele (cf. 2.0., acerca do conjuntivo balcânico) pode ser invocada a não-concordância categorial (12): uma forma do infinitivo, tomada directamente como base para a definição dele no todo (portanto, como uma totalidade de formas) pode distinguir as categorias, em que não concorda, e não pode distinguir aquelas, que faria, em determinadas condições, concordando. Deste modo são desconcretizadas as principais teses tradicionais referentes ao infinitivo de línguas bem conhecidas, sem entrar em contradição com estas teses.

3.3.1.0. — A etapa que se segue segundo a indicação da não/concordância categorial em qualidade de caso particular da variação categorial em geral está limitada àquelas variedades desta não/concordância, que é essencial para a fixação ulterior do específico infinitivo. Assim como a infinitividade não exclui a variabilidade categorial como tal, ela não exclui nem a própria concordância categorial. Desta maneira, muitas vezes achamos nas línguas a concordância atributiva (isto é aquela entre o atributo e a palavra

(11) Veja-se, mais pormenorizadamente, ainda ali, págs. 118-119, 242-260 (acerca do substantivo) e 119-122, 126-128 (acerca do verbo). Aqui aparece em seu lugar um paralelo: acerca do substantivo sabe-se bem que a sua noção se baseia de certa maneira na noção do corpo (do «objecto»), porém poucos conseguiram mostrar precisamente como resultam uma da outra. Do mesmo modo, acerca do infinitivo sabe-se que está ligado, de certa maneira, com a invariabilidade de uma forma verbal, mas não se sabe de que modo designadamente (vejam-se, mais acima, os exemplos da denominação infeliz neste factor).

(12) Por concordância compreendemos a adopção obrigatória por parte de dois ou mais elementos ligados por meio de determinada relação e distinguindo o mesmo índice, do mesmo membro deste índice (p. ex., *duma cor, dum grandeza*, etc.). A noção de concordância é, pois, não especialmente linguística, mas mais geral.

definida por ele), concordância provavelmente desconhecida do infinitivo, e a predicativa (isto é aquela entre predicando e predicador), estendendo-se esta, em algumas línguas, de modo directo ou indirecto, também sobre o infinitivo (veja-se mais abaixo). Existem, todavia, também outras espécies de concordância, que, se as declarássemos incompatíveis com a infinitividade, nos poriam em contradição com tudo o que é geralmente aceite nesta esfera: trata-se em particular da concordância temática e da objectiva.

3.3.1.1. — A primeira é frequente em tautologias, sendo o predicador acompanhado (em regra, precedido) por uma forma não-predicativa do mesmo verbo, que não participa directamente no acto da predicação. Esta forma é representada muitas vezes pelo infinitivo, que numa série de línguas não concorda de todo com o predicador. Deste modo, em daco-romeno ainda é possível o tipo primário *a face* (p. ex. *a naste te-ai născut si a creste ai crescut* = = nascer nasceste e crescer cresceste — T. Baltž, *Os Contos do Tio Trifan*. Chisinžu, 1955, pág. 100) e é habitual o tipo secundário *de făcut* (p. ex. *De sculat nu mă mai scol* = Levantar não me levanto ainda — D. Matcovschi. Duda. Chisinžu, 1973, pág. 41), todavia no primeiro caso falta a concordância em voz, mas no segundo nem é possível (se não se trata de falares dialectais, cf. nota 7). E, contudo, o tomar em consideração só a situação desta espécie não daria senão uma atenuação provisória, deslocada à luz das exigências linguísticas gerais: noutras línguas o infinitivo, no sentido geralmente aceite, concorda em semelhantes casos com o predicador. Cf., por exemplo, a concordância em aspecto e voz em russo: *Slyšat' slyšal, a sam ne videl* (Ouvir ouvi, mas com os meus olhos não vi), etc. Sendo impossível de negar a infinitividade de tal *slyšat'*, a concordância temática tem de reconhecer-se como sendo compatível com ela. Um rasgo característico desta concordância é a falta completa de coincidência na escolha das categorias da concordância (cf. aqui o aspecto e a voz) com a sua escolha no caso da concordância predicativa, atributiva e objectiva (cf. o género, o número e a pessoa nas línguas românicas).

3.3.1.2. — A concordância objectiva é um facto reconhecido para muitas línguas, podendo-se, portanto, mostrar, no material daquelas que têm infinitivo, que uma coisa é compatível com a outra. Para as línguas românicas, é costume falar-se não da conjugação objectiva (polipessoal), mas das junções das formas ver-

bais subjectivas com «as formas curtas (inacentuadas) dos pronomes pessoais». O estabelecimento, todavia, das características gerais-linguísticas da conjugação objectiva mostram-nos que estas estão presentes também nas línguas românicas. A argumentação do facto de que os elementos *mă, te, îl, o, ne, vă, îi, îmi, îti, le, se*, como também *mi-o, ti-l*, etc. não são logofomas por si estáveis, mas expoentes do objecto (e da pessoa, no número do género e do seu carácter in/directo) no verbo, sai do quadro das funções do presente trabalho (13). É, todavia, de desejar que partamos desta tese, visto que ela nos ajuda a dar uma definição mais geral, não uma mais particular, do infinitivo. À primeira vista seria mais simples limitarmos a tese relativa à concordância infinitiva às ditas acima acerca da tautologia. Em última análise, todavia, semelhante ponto de vista provar-se-ia demasiado limitado (14).

3.4. — Por conseguinte, a tese, justa nas grandes linhas, referente à associação entre a infinitividade e a falta da concordância categorial, necessita também duma reserva, consoante a qual o infinitivo pode concordar, tanto tematicamente como também objectivamente. Estes dois casos (como também os outros possíveis) têm de ser abrangidos por uma única condição mais geral da concordância admissível no infinitivo. Tendo em conta tudo o que é conhecido nesta esfera, podemos formular esta condição como **não-concordância predicativa**. Isto significa que o infinitivo pode concordar: a) em categorias predicativo-não-concordantes, isto é aquelas em que, na língua dada, não existe completamente concordância entre predicando e predicador — cf. o aspecto e a voz); b) nas categorias predicativo-concordantes, se no infinitivo a concordância entre eles não depende da mesma concordância, quando esta é predicativa. Trata-se da concordância objectiva:

13 Veja-se a tentativa de semelhante argumentação na ob. cit., págs. 324-326. Aqui é de notar que, p. ex., o rom. *mă vedea* [= ver-me] figura com toda a razão nas gramáticas como um facto da reflexividade (portanto, no mesmo paradigma que *a se vedea* [ver-se]). Mas esta acepção justa não se estende sobre os mesmos *a mă vedea*, etc., como um facto da objectividade (isto é o membro dos mesmos paradigmas que *a-l vedea* [vê-lo], *a o vedea* [= vê-la]).

(14) Agora não interessam as condições da concordância. Em diferentes línguas românicas, ela dá-se no caso da anteposição do objecto, mas em albanês e macedónio com a forma determinada do objecto, etc., sendo em daco-romeno essencial a distinção «homem-não homem» na forma determinada.

seja qual for a pessoa, o número e o género do predicando, isto não implica, em caso algum, a mesma pessoa, número e género no objecto (e vice-versa), concordando o predicador, tanto com um como com o outro. (Os expoentes do objecto elevam o número das formas infinitivas, bem como o das verbais em geral).

4.0. Por conseguinte, chegámos a uma etapa em que podemos verificar que o infinitivo, em certas condições, é «uma forma verbal independente predicativa-não-concordável». Mais adiante podem ser classificados com relativa facilidade os casos polares:

4.1. Todas as formas verbais independentes da língua respectiva, formas opostas puramente em categoria umas às outras, são previstas por esta definição. Como exemplos, podemos aduzir o infinitivo eslavo, o grego e, depois de termos examinado o problema do objecto, o albanês guego.

4.2. A totalidade de formas verbais independentes, opostas puramente em categoria umas às outras, é representada só pelas formas que concordam predicativamente, e, portanto, não pertencem ao infinitivo. Justamente podem aduzir-se como exemplos os conjuntivos das línguas balcânicas do tipo das formas como *să fac*, *să faci*, etc., daco-romenas, todavia não este conjuntivo como tal tomado inteiramente, visto que exactamente ele inclui a forma, rara como tipologia, *să fi făcut*, que não concorda predicativamente. Nas outras línguas balcânicas, inclusive em arromeno (tal como em daco-romeno antigo — cf. *să fiu făcut*, *să fii făcut*, etc. do perfeito activo) ⁽¹⁵⁾, todo o conjuntivo concorda predicativamente.

É o caso de precisarmos que uma categoria predicativo-concordante é aquela, em que, na língua respectiva, a concordância entre predicando e predicador se dá em geral e que ela permanece a mesma também quando se acha fora destes casos. Deste modo, no romeno *Eu vreau să plec*, *Tu vrei să pleci*, *El vrea să plece*, etc., as formas *să plec*, *să pleci*, *să plece*, exprimem a concordância predicativa, porém não por causa de poderem exprimir a predicação de modo directo (como em *Tu să pleci!*), mas porque sobre

(15) Acerca da história de *să fi făcut* veja-se C. Frâncu, *Conjunctivul perfect românesc. Privire diacronică* (= O Conjuntivo Perfeito Romeno. Visão diacrónica), SCL, XXI, (1970), 2, págs. 205-227.

elas se estende a concordância entre predicando e o outro predicador (*eu e vreau, etc., etc.*). Por consequência, não pertencem ao infinitivo o conjuntivo balcânico e as formações análogas de outras línguas (cf. o optativo georgiano).

5.0. — Mais complicados são os casos em que dependem do infinitivo, considerando este critério, umas formas, enquanto as outras, a elas opostas puramente em categoria, não são abrangidas na mesma definição do infinitivo. Esta é a principal antinomia do infinitivo românico: a definição proposta cobre o tipo *fazer*, todavia não também o conjunto de formas *fazer-me, fazer-te, fazer-se, fazer-nos, fazer-vos*. E aqui a concordância predicativa da pessoa e do número é manifestada (em românico ocidental por excepção, mas em daco-romeno exclusivamente) pelos casos da concordância mediata: em contraste com, por exemplo, o russo *Ja idú myt's'a, Ty id'os myt's'a, On id'ot myt's'a, etc.* (em que as formas das categorias de *myt's'a* não dependem da maneira como concorda o predicando com o predicador), em port. (*Eu*)⁽¹⁶⁾ *vou lavar-me, (tu) vais lavar-se, (ele) vai lavar-se, etc.*, o especificador reflexo⁽¹⁷⁾ do predicador é abrangido de modo obrigatório pela concordância que liga este ao predicando. Isto é fácil de verificar também para uma língua românica ocidental, antes de encontrar lá qualquer caso de utilização rara do infinitivo em função de predicador, não falando do daco-romeno, no qual, p. ex., a utilização histórica do infinitivo nem sequer existe. Por conseguinte, a classificação do infinitivo reflexo românico nas formas predicativamente concordantes é pouco eficiente, quando se faz de modo directo. A uma descrição mais plena chega-se, neste caso, de modo mediato (indirecto).

6.0. — Por isso, o infinitivo românico, tornando-se reflexo, muda-se numa forma (como realização) ou numa série de formas (como abstracção) de concordância predicativa, o que dá origem à principal antinomia de que nos ocupamos. À primeira vista, ela seria fácil de resolver, juntando-se à definição de «forma verbal

(16) O facto de que os predicandos *eu, tu, ele, etc.*, cuja informação é repetida no predicador, se omitem habitualmente, não significa, em caso algum, que não participem na concordância quando estão presentes.

(17) Este pode estar presente não só como infinitivo: cf. a mesma coisa no gerúndio como em (*Eu*) *mă duc clătiniindu-mă* [(*Eu*) vou balançando-me], etc.

independente predicativamente não concordável» (a) as palavras: «a totalidade das formas a ela opostas no quadro de uma categoria» (b), no caso dado, portanto, no quadro da voz cf. *fazer*, *-fazer-me*, *fazer-te*, *fazer-se*, etc. Na realidade, contudo, o problema não se resolve desta maneira, visto que as relações entre (a) e (b) não são sempre as mesmas. Quando a compreensão, deste modo, de *fazer-me*, *fazer-te*, etc., na mesma definição que *fazer*, bate certo, do mesmo modo uma compreensão, na mesma definição que *sã fi făcut*, das formas *sã fac*, *sã faci*, *sã facă*, etc. não é boa, visto que nenhuma destas formas é percebida, nem intuitivamente, nem segundo a tradição como uma forma infinitiva. Isto refere-se também ao próprio *sã fi făcut*, embora este tipo esteja compreendido no ponto (a). Segue-se, pois, que esta definição corresponde à infinitividade só em determinadas condições, presentes no caso de *fazer* e ausentes no de *sã fi făcut*. Estas condições conseguimos achá-las, se aduzirmos em discussão duas noções novas: 1) a forma principal da categoria respectiva (não de qualquer categoria) (18) e 2) a subpalavra.

7.0. — A necessidade de confirmar de modo explícito a infinitividade intuitivamente evidente do reflexo *fazer-me*, que é predicativamente-concordante, e de demonstrar a sua ausência, tão evidente intuitivamente, no perfeito sem concordância do tipo *sã fi făcut*, lembra-nos as relações entre reflexo e activo no quadro da categoria da voz e as entre perfeito e presente no quadro da categoria do tempo (relativo). Se diferenciarmos o reflexo e o perfeito como formas derivadas da voz e do tempo das suas formas principais (activo e presente), isto corresponderá à intuição, cuja análise se reduzirá neste caso ao seguinte.

7.1.0. — A forma principal da palavra é a que, independentemente de outras características suas (19), se forma de modo mais

(18) Agora não é o caso de demonstrarmos a existência desta forma em qualquer categoria seja de que língua for. Seguimos apenas os dados estritamente necessários para a resolução do problema do infinitivo. Isto é, não se trata senão das categorias predicativo-não concordantes do verbo.

(19) P. ex. independentemente de pertencer a uma ou a outra das classes de concordância — dependência que faz que das palavras russas, as pertencentes a uma classe de concordância tenham o morfema zero num caso e número (p. ex. *dom* «casa»; *gorod* «cidade», *khleb* «pão»), e as de outras classes de concordância o tenham noutro caso e número (p. ex. *sten* «das paredes»; *šub* «dos sobretudos de pele»; *polos* «das faixas»).

simples que uma forma dela derivada, isto é, em número menor de morfemas positivos. Um exemplo dos mais gritantes é a oposição entre um zero do morfema e um não-zero dele, do tipo «activo-reflexo» nas línguas românicas, eslavas, etc. O tempo relativo não se exprime em românico por meio da oposição zero — não-zero, mas também neste caso o presente é formado dum modo mais simples que o perfeito: cf., na classe produtiva de verbos, *cantar — ter cantado, cantarei — terei cantado, que cante — que tenha cantado*, etc.

7.1.1. — Em casos semelhantes têm-se em vista morfemas inteiros, não as suas partes e não alomorfos. Esta precisão não é necessária senão para um número restrito de factos românicos, os quais, todavia, não temos o direito de ignorar. Deste modo, it. *fare — farmi, farti, farsi, farci, farvi* dão, à primeira vista, uma posição entre um não-zero e o outro (isto é *-e* e *-mi, -ti, -si, -ci, -vi*). Contudo, desta maneira um alomorfo (*-are* e sem.) do expoente infinitivo não faz senão alternar com o outro expoente seu (*-ar* e sem.) como distribuição complementar (mas em certos limites e como variação arbitrária). O elemento *-e*, que distingue os alomorfos, não é morfema (cf., além da distribuição, também a prova da comutação). O morfema presente, no caso dado, pode fixar-se sob forma de *-are/-ar* ou *-ar(e)*, colando ele (tal como também *-ér(e), -er(e), -ir(e)*, e os raros *or(re), -ur(re)*) ao seu alomorfo longo o expoente zero da activa. A reflexa, contudo, forma-se pela colagem dos elementos *-mi, -ti, -si, -ci, -vi* ao alomorfo apocopado do mesmo morfema infinitivo. Portanto, ao nível émico (morfemático) a voz exprime-se por meio da oposição do zero na activa com um não-zero na reflexa. A mesma coisa é confirmada com os morfemas que não têm alomorfos — cf. *faccio — mi faccio, facevo — mi facevo, farò — mi farò*, etc., e, no caso da posposição, *facendo — facendomi e fatto — fattomi*.

7.2.0. — Quando de uma palavra da classe dada se formam palavras, idênticas a ela puramente de modo extracategorial, pertencendo a outra classe de palavras (cf. a formação dos nomes de acção dos verbos), a forma principal da categoria é a que **transmite os seus expoentes** à palavra de outra classe, não tendo ela a categoria respectiva. Deste modo, por exemplo nas línguas românicas existem diferentes tipos de nomes de acção, que não tiram dos verbos derivadores os expoentes nem da reflexa, nem do per-

feito (embora possam exprimir também os seus sentidos). O que se disse mantém-se válido e é confirmado pelo nome de acção numa única classe derivativa (habitualmente, contudo, temos de fazer com várias classes semelhantes). Deste modo, a substantivação do infinitivo nas línguas românicas do sul (isto é, todas menos o francês e as daco-românicas), acompanhada da conservação nele das oposições de voz e tempo relativo (cf. port. *o fazer, o fazer-se, o ter feito*, etc.), ou então a presença da voz e do aspecto no tipo polaco *palenie (sie.) — spalenie (sie.)*, «queima» (*sie* é expoente reflexivo), etc., não infirmam o que se disse mais acima para nenhuma língua em que exista pelo menos uma única classe derivativa de nome de acção, que não tire do verbo alguns expoentes categoriais (destes interessam agora os das categorias predicativo-não-concordantes).

7.2.1. — O mesmo facto, percebido de modo intuitivo, é confirmado também pelo processo de assimilação da língua: a forma activa do verbo é assimilada antes da reflexa e da passiva, o tempo presente — antes dos outros tempos, o indicativo — antes dos outros modos, o singular — antes dos outros números, etc., etc., o que, em regra, está ligado à estrutura mais simples da forma respectiva (cf. as conhecidas teses relativas ao carácter marcado de uma forma).

7.2.2. — Fazendo uma digressão diacrónica, poderíamos invocar a estabilidade mais forte da forma principal duma categoria (respectivamente da subpalavra, veja-se mais abaixo) nos períodos de transformações radicais na história de dada língua. Deste modo, de seis formas do infinitivo latino, as formas compostas do futuro, tanto activa (*cantaturus esse*) como passiva (*cantaturus iri*), desapareceram sem vestígios, o presente da passiva *cantari* foi substituído, p. e., em português *ser cantado* (resp. *cantar-me, cantar-te*, etc.), em lugar do perfeito activo *cantavisse* apareceu o perfeito *ter cantado*, o perfeito passivo *cantatus esse* mudou-se em *ser cantado* citado mais acima, com o sentido do velho *cantari*, e a forma *cantare* é a que conservou plenamente os sentidos categoriais (conservando contudo em romeno não há muito tempo também a desinência infinitiva cf.: o velho, agora arcaico-dialectal, *a cîntare*, além do italiano *cantare*).

8.0 — Entre logoforma (russ. *slovoforma*, al. *Wortform*), fenómeno observado imediatamente, e a palavra, como abstracção de grau relativamente alto, existem também abstracções de nível mais baixo necessárias também elas numa série de casos. Deste modo, no quadro de uma palavra existe uma totalidade de logoformas ⁽²⁰⁾, que se distinguem umas das outras só como formas diferentes de umas e das mesmas categorias expressas em todas estas formas na mesma combinação ⁽²¹⁾. As unidades deste nível são contudo às vezes difíceis de delimitar, sendo mais pequenas de volume e várias em número do que as unidades da ordem da noção de infinitivo como totalidade de logoformas. Por isso operamos agora com outra totalidade de logoformas (aquilo que chamamos presentemente subpalavra), uma unidade maior e mais fácil de identificar. Trata-se da totalidade completa de logoformas, os membros da qual se opõem um ao outro só em categoria, isto é, numa ou várias categorias, não outros índices. Por exemplo, *fazer e fazer-me* opõem-se em voz, *fazer-me e ter feito* opõem-se em voz e tempo relativo, etc., etc. Mas, em cada um dos seguintes três casos *fazer e faço*, *faço e fazendo*, *fazendo e fazer*, não temos nenhuma oposição categorial: em cada um dos três casos é-nos claro que categorias (e mesmo que formas suas) são comuns às duas logoformas, não existe contudo nenhuma categoria, em que, p. e., *faço e fazer* se oporiam como diferentes formas dela. Estas totalidades completas de logoformas duma palavra (exemplificando, *faço* e tudo que se lhe opõe só em categoria) opostas uma à outra não categorialmente (p. ex. *faço*, etc. — *fazer*, etc.) são **subpalavras**.

8.1. — No quadro dos fundamentos gerais da gramática é de observar que temos de fazer com as chamadas oposições **anegoriais**, se quisermos servir-nos da noção de categoria no seu sentido restrito (cf. o velho termo gramatical «acidência»), e não de modo arbitrário, corrente nos últimos tempos. Exemplos de anegoria no verbo são as oposições de não/predicatividade, não/infi-

(20) Nos trabalhos precedentes (inclusive, na ob. cit., págs. 62-63) chamámos-lhe «subpalavra» («подслово»), reservando a designação de «pré-palavra» («preslovo») para a noção de que se trata mais abaixo. Resultando isto todavia mais necessário, mas parecendo-me o termo «subpalavra» mais claro, associamo-lo agora a esta última noção, que precede imediatamente a de palavra.

(21) Veja-se no mesmo lugar (embora a exposição necessite de algumas correcções).

nitividade, não/gerundialidade, não/supinalidade (22). O que está certo, a univocidade apontada por nós uma vez como um dos metaíndices da categoria, que a distingue de anegoria, provou-se mais tarde ser inoperante, não sendo específico, senão à primeira vista, para o objecto a definir. Uma penetração mais funda na intuição da categoria fez-nos ver, nas últimas, a distinção entre ela e anegoria na chamada internuclearidade. Isto é (na medida em que directamente como núcleo da substantividade são tomados os somatismos, mas da verbalidade — os predicadores não-nominais (23)) categorialmente é só aquele índice em que se podem opor as formas de somatismos entre elas e/ou as formas de predicadores não-nominais entre eles (24). Quanto aos índices em que se opõem *fazer* e *faço*, ou *faço* e *fazendo*, ou *fazendo* e *fazer*, etc. (25), nestes não se opõem nem os somatismos entre eles, nem os predicadores não-nominais entre si. Por conseguinte, estes índices não são categoriais. Pelo contrário, as oposições do tipo *fazer* — *fazer-me*, *fazer-te*, etc. (em voz) reproduzem, embora de modo assimétrico, as existentes no quadro dos predicadores não-nominais (cf. *faço* — *faço-me*, *fazes* — *fazes-te*, etc.), sendo categoriais estas oposições (26).

Portanto, um infinitivo com uma totalidade de logofornas é, uma subpalavra verbal, como também a subpalavra predicativa ou então como também a gerundiva. A primeira e a última subpalavras são não-predicativas, mas o infinitivo distingue-se do gerúndio pelo facto de ser independente. Uma língua pode ter também duas subpalavras infinitivas, gerundivas, etc., se as distinções entre as

(22) Veja-se ob. cit., pág. 29.

(23) Veja-se ibidem, págs. 118-120.

(24) A tese necessita duma reserva para as línguas que conhecem predicadores nominais (cf. turco *evdir* «é casa», mas, fazendo estes ras línguas românicas, omitimo-la aqui.

(25) Algo mais complicado como esquema, mas mais estrito teoricamente seria, falando das oposições em não/predicatividade, não/infinitividade, não/gerundialidade, exemplificarmos as coisas assim: *faço*, etc. — *fazer*, etc., *fazendo*, etc.; *fazer*, etc. — *faço*, etc., *fazendo*, etc. — *faço*, etc., *fazer*, etc.

(26) *Fazer* não se opõe a *fazer-me*, etc. senão na voz, visto que, enquanto *fazer-me* exprime a pessoa e o número e se opõe neles às outras logofornas, *fazer* não conhece estas categorias, portanto não exprime nenhuma forma delas, a que se oporia outra forma, sempre delas. O específico da situação consta pois da assimetria da relação da voz com a pessoa e o número, facto caracteristicamente românico.

diferentes logofomas infinitivas (resp. gerundivas) não são todas categoriais (cf. *a face, a mă face, etc., etc.* e *de făcut*).

9.0. — Assim como é apontada a forma principal numa categoria, pode apontar-se também a (logo)forma principal numa subpalavra. No caso de uma subpalavra verbal predicativa (infinitivo, gerúndio, etc.), esta é ou a sua única logoforma (portanto, uma extracategoriais: cf. o caso raro de *de făcut*) ou então, se ela tem várias logofomas (caso habitual), a dentre elas que exprime as formas principais das categorias predicativo-não concordantes. Em românico estas são a voz activa e o presente do tempo (relativo), cf. *fazer* e *fazendo*. Sabendo tudo isto, chegamos à seguinte definição: **o infinitivo é uma subpalavra verbal independente, de que pelo menos a logoforma principal é predicativo-não concordável.** Neste modo estão compreendidas todas as formas de infinitivo das línguas românicas, porém a totalidade de logofomas *să fi făcut, să fac..., să mă fac..., să mă fi făcut...,* visto que este *să fi făcut*, embora invariável, é uma forma derivada, não a principal, do tempo relativo (perfeito). Ao mesmo tempo, a mesma definição compreende também os infinitivos, formados como subpalavras só de formas predicativo-não concordáveis⁽²⁷⁾ (cf. o eslavo, o grego, etc.), até às subpalavras com uma só logoforma (cf. rom. *de făcut*), admitindo também a variação objectiva do infinitivo etc. (veja-se 3.3.1.2.).

10.0. Omitimos aqui a história das nossas tentativas precedentes (de 1963 em diante) de liquidar a contradição tradicional, omitindo também as soluções propostas, que se eliminavam à medida que o volume compreendido na definição estrita se aproximava do intuitivo e tradicional. É possível que também a definição mais acima seja substituída um dia por uma melhor, presentemente, contudo, ela compreende todo o volume da noção intuitivo-tradicional do infinitivo de tipo românico comum⁽²⁸⁾, como igualmente do existente em muitas outras línguas. Não sendo a

(27) O elemento facultativo da definição «pelo menos» sublinha esta tese, presente puramente logicamente mesmo sem ele.

(28) Resta o específico luso-românico, isto é, a velha contradição entre a definição estrita do infinitivo e a inclusão nele do semi-infinitivo do tipo português. Às vezes parece que é fácil de liquidar esta contradição, declarando, a oposição — *fazer-fazer, fazeres, fazermos, fazerdes, fazerem* como sendo categorial, o que, mesmo assim, é contrário à definição

definição proposta mais longa que as tradicionais, baseia-se, contudo, em noções novas (subpalavra, forma principal), necessárias, de resto, também para outros escopos. O mesmo método faz-nos considerar o infinitivo (como o gerúndio, etc.) não como uma única logoforma, esquecendo outras, mas como uma totalidade de logoformas, para as quais precisamente existe a noção de subpalavra. Se, apesar de tudo, persistir a opinião, de que, contudo, seria mais «simples», mais «cómodo», etc. utilizarmos a velha definição («O infinitivo é uma forma verbal, invariável em pessoa e número», etc., etc.) será preciso lembrarmo-nos de que esta «simplicidade», «comodidade», etc. se resume a zero, logo que fazemos o passo seguinte, tentando pô-la de acordo com a inclusão no infinitivo de *fazer-me*, *fazer-te*, etc., *ter-me feito*, *ter-te feito*, etc. Por isso, na definição proposta nos demorámos tanto tempo, enquanto não forem eliminadas de modo mais simples (se isto for possível) todas as contradições apontadas mais acima.

Marcos Alexandre Gabinskij

(Traduzido do romeno pelo Dr. Peixoto da Fonseca)

estrita da categoria, tornando inconsistentes também as definições nela baseadas. O problema luso-românico pode-se resolver, portanto, ou por meio do alargamento da noção de infinitivo, ou então por meio da exclusão explícita do semi-infinitivo dele. Correspondendo a primeira solução à tradição, mas também complicando a definição do infinitivo, preferimos até agora o segundo caminho (veja-se p. ex. ob. cit., págs. 342-356), mostrando também os três rasgos comuns do infinitivo e do semi-infinitivo (págs. 354-355). Portanto, citando-me, poderíamos alargar a definição estrita do infinitivo, se a intuição dos lusófonos estiver absolutamente inabalável neste problema. Se, todavia, ela admitir a exclusão do semi-infinitivo do infinitivo, não é racional complicarmos a definição deste, tendo em conta também a presença do semi-infinitivo apenas num número muito restrito de línguas, e das flagrantes contradições dos gramáticos luso-românicos nesta esfera. Vejam-se mais pormenores em M. A. Gabinskij, *O infinitivo e noções contíguas*. — «Língua e Cultura» (Lisboa, I (1971), 2, págs. 97-105.